



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

DESPACHO DO PRESIDENTE

Considerando o protocolo do documento de autoria de **CESAR LUÍS FUZATTO** em 25/10/2024 com a finalidade suposta infração político administrativa do Prefeito Municipal de Igarapava, Sr. JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR com fundamento no Decreto-Lei nº 201/1967, **DECIDO** pelo seguinte:

- 1) As infrações político-administrativas praticadas por Prefeitos e Vereadores são regidas pelo Decreto Lei nº 201/67, no qual, a respectiva legislação prevê as hipóteses passíveis de se deflagrar processos contra os parlamentares e os requisitos formais para seu recebimento, no qual, entre os requisitos formais estabelecidos no Decreto Lei nº 201/67 é a **condição de eleitor; descrição de fatos e indicação de provas**.
- 2) O documento apresentado cumpre os requisitos formais necessários à denúncia prevista no Decreto Lei nº 201/67, comprovação da condição de eleitor, descrição dos fatos e indicação de provas.
- 3) Ao realizar o juízo prévio de admissibilidade, conclui-se pelo **ENCAMINHAMENTO** para Sessão Ordinária de 29/10/2024 (Primeira Sessão) dos documentos na condição de denúncia com o cumprimento dos requisitos formais para deflagrar processo de infração político-administrativa, no qual será realizada sua leitura e será consultada a Câmara sobre o seu recebimento pelo voto da maioria dos presentes, em conformidade com o Art. 5º, II do Decreto Lei nº 201/67.
- 4) Em caso de recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída Comissão Processante, com três vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e Relator.

Por fim, DETERMINO que sejam observados todos procedimentos e normas vigentes.

Igarapava, 25 de outubro de 2024.

CARLOS ROBERTO RODRIGUES LIMA

Presidente da Câmara Municipal de Igarapava